II Congresso Brasileiro On-line de Estudos Ecológicos ECONLINE

PROCESSOS HISTÓRICOS E CORRENTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

NAYARA REJANNE GUSMÃO LOPES; CLARISSA LOBATO DA COSTA; EMILLY SANTOS CALVET; ISABELA VIEIRA DOS SANTOS MENDONÇA

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) vem conquistando mais visibilidade e um espaço maior à medida que a sociedade se desenvolve e os padrões de consumo são modificados. No mundo contemporâneo, a EA abrange transformações políticas, econômicas, avanços tecnológicos, cultura, entre outros. O presente artigo dispõe de informações a respeito de processos históricos, a nível mundial e nacional que contribuíram diretamente para que a educação ambiental alcançasse um espaço dentro da sociedade. Envolve os contextos político, econômico e educacional, assim como reflexões que se tornaram pressupostos para o fomento de um olhar mais consciente da relação entre ser humano e natureza. A década de 70 foi um marco importante para as questões socioambientais. No ano de 1972 ocorreu a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, onde participaram 113 países, entre eles o Brasil. A conferência foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Cerca de 30 anos depois, a EA foi instituída como tema transversal e tornou-se obrigatória em todos os níveis, assegurada na legislação brasileira, a qual tornou-se notória com a promulgação da Lei nº 9.795/99, tendo como objetivo uma Política Nacional de Educação Ambiental. Dentro de várias perspectivas e ideias há também correntes da educação ambiental que estão atreladas a sua história e a visão de pesquisadores, trazendo a sua importância e maneiras de praticar a EA. Refletir sobre um consumo sustentável e consciente é um posicionamento que a humanidade tem adquirido no decorrer dos anos, ainda há muito para ser transformado, e a EA tornou-se uma ferramenta necessária nesse cenário.

Palavras-chave: educação socioambiental; Política Nacional de Educação Ambiental; consumo sustentável; sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental trás em sua história pressupostos que foram formados por discussões e reflexões acerca do caminho pelo qual a humanidade percorreu em relação a consciência das ações individuais ou coletivas ao relacionar-se com o meio ambiente. A EA como objetivo um de seus objetivos realinhar a relação ser humano ambiente, visando uma sociedade mais justa, responsável e sustentável. Assim, a EA é considerada uma ferramenta educacional que contribui para uma melhor relação com a natureza.

Através de processos de formação e (re)formação a sociedade, modelada por processos culturais e históricos pertencentes a sua época, desenvolvem sentidos relacionados ao seu modo de conceber o mundo. Nesse contexto, a dinâmica formativa voltada para EA, envolve uma historicidade. Ou seja, tal dinâmica, é formada e (re)formada dentro de um contexto histórico de disputas e diálogos perante a manifestação das pessoas, e, consequentemente, a produção de pensamentos pertinentes relativos a relação sociedade natureza, evidenciando múltiplos

DOI: 10.51189/ii-econline/12576

caminhos epistemológicos (MORALES, 2009).

O elo presente na relação ser humano natureza está além de um conjunto de caracteres que ditam regras do poder ou não poder, de limites e fronteiras, a inserção da educação ambiental permite que tais ideias e concepções possam ser refletidas e recalculadas para manutenção de um equilíbrio dentro do ecossistema. Estes prismas contém uma identidade pertencente ao período da história e a cultura de determinado povo, visto que cada indivíduo em sua vivência causou alterações positivas ou negativas com ato do viver. Cada espaço, cada localidade permanece carregado de relações e interferências humanas. A humanidade se viu como "dominadora" do ambiente, fator este que contribuiu para o desequilíbrio ambiental, surgindo questionamentos da vulnerabilidade do meio ambiente, incluindo o ser humano. Neste sentido, o objeto da EA não é a espécie humana descolada do meio ambiente, mas inserida dentro de processos que envolvem o equilíbrio da vida como um todo, sendo uma relação de interdependência.

A Lei nº 9.795/99, que diz respeito a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Art. 1º contém um conceito a respeito da educação ambiental, sendo definida por um conjunto de processos que estão relacionados com as ações quer sejam individuais ou coletivas sujeitas a uma transformação para que assim haja uma criação de valores que nortearão habilidades que caminharão com a conscientização que contribuirão para conservação do meio ambiente o qual permitirá uma relação saudável e equilibrada, tendo a sustentabilidade como um personagem ativo dentro do uso consciente. A referida lei deixa claro que é preciso modificar a relação entre seres humanos com os próprios seres humanos e também com os recursos naturais. A inclusão da educação ambiental na legislação do Brasil colaborou para a disseminação do acesso desse processo educativo para toda a sociedade, envolvendo ai os processos educativos formais e não-formais (LEMOS et al. 2017).

Este artigo apresenta alguns acontecimentos históricos que fomentaram a educação ambiental e suas correntes, sendo possível refletir acerca dos pressupostos e concepções da humanidade dentro do processo de conscientização ambiental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo apresentado foi elaborado durante a disciplina Educação Ambiental no curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus São Luís – Monte Castelo. A metodologia da pesquisa foi fundamentada em leitura de manuscritos e revisão bibliográfica relacionada a temática concepções e correntes da educação ambiental, consumo sustentável e sustentabilidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processos históricos

A partir de meados do século XX, os olhares do mundo começam a se voltar para crescimento industrial, para as transformações tecnológicas e para o modo de consumo da humanidade identificando que tal padrão de desenvolvimento seria incompatível com a capacidade de sustentação do planeta. Surgiu então um cenário apropriado onde o ambientalismo ganhou espaço, havendo assim o surgimento de discussões e reflexões quanto ao modo de produção e consumo.

Em 1952 uma catástrofe em Londres gerou impactos a nível mundial. Uma fumaça se espalhou pela cidade o que causou a morte de 12.000 pessoas, e levou outras a desenvolverem doenças respiratórias, resultado da queima em excesso de carvão decorrente do período frio, ficando conhecido como Big Smoke (O grande nevoeiro). Esse acontecimento resultou na

criação da Lei do Ar Puro em em 1956 a qual objetivou estabelecer limites para emissão de poluentes na atmosfera (BELL; DAVIS, 2001 *apud* VORMITTAG et al. 2021).

Na década de 60 houve a publicação da autora Rachel Carson intitulada "Primavera Silenciosa". O livro tratava da visão reflexiva o uso de agrotóxicos e seus danos para a vida, trazendo uma perspectiva sobre equilíbrio ecológica, fomentando ainda mais o pensamento consciente acerca do uso sustentável e a responsabilidade do ser humano para com a natureza (SOGLIO; KUBO, 2016).

No ano de 1965 durante a Conferência em Educação da Universidade de Keele, Grã-Bretanha foi utilizado pela primeira vez o termo Environmental Education (Educação Ambiental) (SILVA, 2014).

Em 1968 foi fundado o Clube de Roma, este teve como objeto a preocupação com o modelo econômico predador, que era a realidade de diversos países, abrindo um leque de discussão sobre a política desses padrões e seus impactos no meio ambiente. O clube foi criado pelo Alexander king um químico e Aurélio Peccei um industrial italiano e assim as consequências ambientais passaram a ser discutidas dentro dessa relação econômica e meio ambiente (OLIVEIRA et al. 2017).

Em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU), realizou a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, a qual participaram 113 países, dentre eles o Brasil, esse momento ficou marcado por um aprofundamento de discussões sobre poluição do ar, dos recursos hídricos, uso de agrotóxicos, desmatamento e os descartes de resíduos. O "Plano de Ação da Conferência de Estocolmo" recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos instrucionais para a educação ambiental" (MORADILLO;OKI, 2004).

O grande marco da educação ambiental ocorreu na Conferência de Tbilisi, na Geórgia, em 1977, foi organizada em parceria junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente UNESCO/ PNUMA que fomentou algumas finalidades da EA (MORADILLO;OKI, 2004).

Nos anos posteriores a EA continuou tento um grande crescimento no âmbito mundial, em 1987 ocorreu o Congresso Internacional de Educação e Formação, em Moscou, em que resultou na criação do documento conhecido como "Carta de Moscou" participaram desse momento representantes de 100 países.

Na década de 90 especificamente no ano de 1992 ocorreu no Brasil a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamada de Rio 92 ou ECO 92 ou "Cúpula da Terra". Nesse encontro foi elaborada a Agenda 21 nela foram dispostos diretrizes que norteiam ações de cuidado para com os recursos naturais mundiais visando um uso sustentável, ou seja, uma promoção da conscientização tendo como ferramenta a educação ambiental. Nesse mesmo ano foi instituído o PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental, pelos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da Ciência e da Tecnologia (SOGLIO; KUBO, 2016).

Em 1997 a EA foi reconhecida como tema transversal dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, com objetivo de orientar as práticas do ensino de EA (BOMFIM, 2013).

Em 27 de abril de 1999 foi promulgada a Lei de nº 9.795/99, instituindo assim uma Política Nacional de Educação Ambiental, a partir dela a educação ambiental ganhou visibilidade e tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino da educação brasileira. A criação envolveu ambientalistas, educadores e governos, sendo assim considera um marco importante da educação ambiental no Brasil. Com esse passo foi estabelecido pela Lei nº 9.795/99 a instituição de alguns princípios básicos para a educação ambiental. A Educação Ambiental percorreu diversos aspectos históricos que lhe garantiu uma notoriedade maior nos dias atuais, para além dos citados acima existem também as correntes, divididas em dois

grupos: as tradicionais e as recentes.

Correntes da Educação Ambiental

Há uma diversidade de propostas apresentadas no que diz respeito à educação ambiental, tais proposições se desenvolveram ao longo dos anos alicerçando-se em reflexões, pesquisas e trabalhos científicos, cada uma explanando-a à sua maneira. Sauvé (2005) analisou as correntes desenvolvidas no decorrer dos anos e propôs que era necessário agrupar posições semelhantes em categorias. Embora cada uma das correntes apresente um conjunto de características específicas que a distingue das outras, não são, no entanto, mutuamente excludentes. Dessa forma, agrupam-se as correntes tradicionais, sendo essas dominantes nas primeiras décadas da EA, nos anos de 1970 e 1980; E as consideradas recentes, que correspondem a preocupações que surgiram após os anos 90.

Correntes Tradicionais

CORRENTE NATURALISTA - tem como objetivo reconstituir a relação entre os seres humanos e o meio ambiente. É caracterizada pelo enfoque na relação com a natureza e no entendimento de que a aprendizagem advém de maneira cognitiva (aprendendo sobre a natureza), experimental (educação ao ar livre), afetivo, espiritual ou artístico (associando a criatividade humana à natureza).

CORRENTE CONSERVACIONISTA - tem como objetivo fortalecer comportamentos conservacionistas (individuais e coletivos) e desenvolver habilidades de gestão ambiental com fins de conservação dos recursos. Programas como os 3Rs Redução, Reutilização e Reciclagem, gestão de água, lixo e energia estão inseridos nessa corrente. Esta corrente defende que a educação deve cumprir sua função social de gerar consciência ambiental, a fim de evitar o esgotamento dos recursos naturais.

CORRENTE RESOLUTIVA - o foco é atuar mediante identificação do problema, busca e avaliação das soluções encontradas. Tem como objetivo informar e estimular as pessoas a se conscientizarem sobre os problemas ambientais, além de desenvolver habilidades para a resolução de tais problemas.

CORRENTE SISTÊMICA - por meio da observação do sistema é possível analisar e compreender a sua problemática, de forma que assim possam ser tomadas as medidas de intervenção. Dessa forma, ao analisar "o todo", é possível propor soluções de modo que abranjam todos os componentes que integram um sistema ambiental, as suas interações entre esses componentes e as relações de causa entre o evento e a situação observada.

CORRENTE CIENTÍFICA - a experimentação é considerada peça chave do conhecimento, pois a partir daí, através de procedimentos científicos, poderão ser propostas ações que contribuam para aquisição de conhecimentos em ciências ambientais e o desenvolvimento de habilidades relativas ao processo de experimentação científica, sempre elaborando-se hipóteses e buscando sua comprovação.

CORRENTE HUMANISTA - não aborda somente o ambiente natural, leva-se em consideração também a dimensão humana e suas dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas. Considera o meio ambiente como um patrimônio natural e cultural e sendo capaz de promover o conhecimento sobre as interações entre cultura e meio ambiente.

CORRENTE MORAL/ÉTICA - enfatiza o desenvolvimento de valores ambientais, tanto para saber do outro, como de si próprio, a partir de um sistema ético que considere as relações com o meio ambiente e que sirva de base para condutas desejáveis sob o ponto de vista social e ambiental, adota-se enfoques como: cognitivos, afetivos e morais.

DOI: 10.51189/ii-econline/12576

Correntes Recentes

CORRENTE HOLÍSTICA - nesta corrente o foco tem em vista uma análise crítica e que tem procedência o uso da razão diante dos fatos que ocorrem no meio ambiente, e a partir disto, encontram-se os primórdios de grande parte dos problemas atuais. A corrente holística leva em conta minuciosamente como funciona o "ser-no-mundo", referindo-se à totalidade de cada ser vivo, e a ligação de cada um como uma rede, que em conjunto adquire sentido. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, 2020, a corrente holística tem seu termo de origem no Holismo, que é uma teoria da área da filosofia interligada às ciências ambientais, que explica as relações entre os seres vivos que compõem o meio ambiente, sejam eles vivos ou não, analisando também a interação de acordo com as leis físicas e biológicas. Observa-se nesta corrente, sugestões mais voltadas para questões do tipo psicopedagógico, envolvendo o desenvolvimento global do ser humano correlacionando com seu próprio meio ambiente.

CORRENTE BIORREGIONALISTA – baseia-se na educação ambiental no centro como um engrandecimento de uma relação preferencial com o ambiente local ou regional, com o ser humano tendo um sentimento de pertencimento e compromisso com a natureza. Uma biorregião é um lugar geográfico que corresponde habitualmente a uma bacia hidrográfica e que possui características comuns como o relevo, a altitude, a flora e a fauna. A história e a cultura dos humanos que a habitam fazem parte também da definição de uma biorregião. A perspectiva biorregional nos leva então a olhar um lugar sob o ângulo dos sistemas naturais e sociais, cujas relações dinâmicas contribuem para criar um sentimento de "lugar de vida" arraigado na história natural assim como na história cultural. Baseado nisto, a educação ambiental biorregionalista é realizada a partir da percepção da ideia de território e das populações que ali permanecem como seu meio, incluídas da capacidade de agir sob decisão de questões socioambientais do todo. Tanto o processo pedagógico da educação, quanto a atuação de grupos no meio nomeia-se "educação ambiental". (CARVALHO et al., 2016)

CORRENTE PRÁXICA - da ênfase na aprendizagem na práxis é pela aprender pela própria ação ou movimento. A corrente práxica de cunho ambiental tem seu processo feito a partir da pesquisa-ação. A meta principal é o de operar uma mudança num meio tanto ambiental, quanto social, e cuja dinâmica não é apenas assistiva, envolvendo os diferentes atores de uma situação por transformar. Em educação ambiental, as mudanças previstas podem ser de ordem socioambiental e educacional (SAUVÉ, 2013).

CORRENTE FEMINISTA - inclui na sua pauta a necessidade do encaixe dos valores femininos nas práticas de governo, aos padrões, organização, consumo e organização social. A corrente feminista tem como a observação e a queixa das relações de poder dentro dos grupos sociais. Porém, além disso, não há somente o poder acima no campo político e econômico, como também no poder masculino sobre o feminino. Quanto se retrata sobre o meio ambiente, nota-se uma curta ligação entre a dominação feminina e da natureza, pois há uma harmonia nestes dois campos, e a partir disso, procurar um projeto social que minimize os impactos da relação entre homens e mulheres.

CORRENTE ETNOGRÁFICA- se encaixa com formas de investigação e com as temáticas que marcam cada campo acadêmico, criando assim configurações epistemológicas diferentes e variadas (TADDEI; GAMBOGGI, 2011). O caráter cultural relacionado ao meio ambiente dispõe a ser a própria corrente etnográfica. Os educadores que estudaram sobre essa corrente creem que a EA deve levar em conta a cultura de referência das populações, sem impor uma visão de mundo. Além disso, propõe-se que as pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o ambiente sejam inspiração para a EA. Por exemplo, os indígenas possuem uma cultura ligada intensamente ao meio ambiente, e essa ligação pode servir como aprendizado para desenvolver uma relação que funda o ser humano com o meio ambiente e que

se sinta pertencente e responsável por ele (SCHMIDT, 2017).

CORRENTE DA ECO-EDUCAÇÃO - tem como objetivo construir uma melhor relação com o mundo, aproveitando a relação com o meio ambiente como forma de desenvolvimento pessoal. O meio ambiente é percebido como uma esfera de interação essencial para uma educação aderente aos princípios ecológicos. O meio ambiente é percebido aqui como uma esfera de interação essencial para a ecoformação ou para a eco ontogênese. A ecoformação explica-se como a continuação recebida e construída na origem das relações diretas com o ambiente material: os não-humanos, os elementos, a matéria, as coisas, a paisagem. Desta forma é realizado um mútuo revigoramento dos conceitos de educação ambiental e educação permanente. Esse mútuo revigoramento, por sua vez, consiste em dizer pela restauração da ideia de natureza enquanto elemento ecoformador (SILVA, 2008).

CORRENTE DA SUSTENTABILIDADE - promove a ideologia do desenvolvimento sustentável, a qual o principal recurso de desenvolvimento econômico é o próprio meio ambiente. Esta linha de pensamento tornou-se dominante após sua expansão em meados dos anos 1980. O conceito de desenvolvimento sustentável foi criado no século XX pela Comissão Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, que foi formada em 1984 pela ONU (Organização das Nações Unidas). No relatório intitulado "Nosso Futuro Comum" a comissão da ONU concluiu como desenvolvimento sustentável: "atender às necessidades da geração presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades". Souza-Lima (2015) cuidar do meio ambiente deve ser abordado com intuito de utilizar racionalmente os recursos atuais para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades no futuro. A educação ambiental torna-se uma ferramenta mais que essencial para esse processo.

4 CONCLUSÃO

A história da Educação Ambiental reflete o quando necessário é conscientização de mudanças de hábitos dentro do relacionamento ser humano e natureza, a importância de um viver despido de superioridade e a falsa ideia de consumir apenas atendendo às suas demandas e necessidades sem refletir acerca dos recursos naturais e o possível esgotamento de suas fontes. É preciso manter um equilíbrio ecológico, e, da própria vida no Planeta Terra. O espaço adquirido pela EA ainda terá um grande caminho a ser percorrido, considerando que em nosso país ainda é pouco falado ou discutido sobre temas de sustentabilidade para além da comunidade acadêmica, relacionando a fatores como ausência de saneamento básico, acesso a informações, dentre outros, a população está bem distante de práticas sustentáveis. A inserção de educação ambiental como tema transversal em todos os níveis é um degrau que favorece as mudanças almejadas.

A legislação assegura uma política adequada mas por outro lado sua implementação ainda deixa muito a desejar. Sendo assim, identifica-se um campo amplo da educação ambiental e suas correntes múltiplas que estão relacionadas ao mundo contemporâneo. Todo esse aparato alerta para a urgência de mudança das práticas da humanidade e sua relação com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

MORALES, A. G. M. Processo de institucionalização da educação ambiental.:tendências, correntes e concepções. **Pesquisa em Educação Ambiental**. Vol. 4. N.1. p. 159-175. 2009.

LEMOS, P. B. S.; NETO, C. D. S.; XAVIER, A. R. A Política Nacional de Educação Ambiental (lei nº 9.795/1999) e a legalização da educação ambiental no ensino formal.

Revista Educação Ambiental. Vol. XVI. n 60. 2017.
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BOMFIM, A. M. et al. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2013, v. 11, n. 1 [Acessado 10 Outubro 2022], p. 27-52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100003>. Epub 28 Fev 2013. ISSN 1981-7746. https://doi.org/10.1590/S1981- 77462013000100003.

CARVALHO, H.F, FERNANDES, N.B.G., LOPES, A.F. **Educação Ambiental: uma abordagem das correntes de Sauvé**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2016.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das Correntes em educação ambiental. In: M. SATO; I. C. M. CARVALHO (org.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed. p. 17-45, 2005.

VORMITTAG, E. da M. P. A. A; CIRQUEIRA, S. R. R.; NETO, H. W.; SALDIVA; P. H. N. Análise do monitoramento da qualidade do ar no Brasil. Estudos Avançados [online]. 2021, v. 35, n. 102 , p. 7-30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35102.002>. Epub 23 Ago 2021. ISSN 1806-9592.

SOGLIO, F. D.; KUBO, R. R. (Orgs.).Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade. coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SILVA, D. A. O desenvolvimento mundial da ideia de educação ambiental. Revista Educação Pública. ISSN: 1984-6290. 2014. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/39/o- desenvolvimento-mundial-da-ideia-de-educao-ambiental. Acessado em 10 de outubro de 2022.

TADDEI, R.; GAMBOGGI, A. L. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. Caderno Pedagógico, Lajeado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.

OLIVEIRA, M. M. D.; MENDES, M.; HANSEL, C. M.; DIAMINI, S. Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade [recurso eletrônico] / org. Marcia Maria Dosciatti de Oliveira....[et al.). – Caxias do Sul, RS : Educs, 2017.

MORADILLO, E. F.; OKI. M. C. M. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES. **Quim. Nova**, Vol. 27, No. 2, 332-336, 2004.

SCHMIDT, B. R. Investigação sobre ações de Educação Ambiental nas escolas de Educação Básica do entorno do Morro Santana. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

SILVA, A. T. R. Ecoformação: reflexões para uma pedagogia Ambiental a partir de Rousseau, Morin E Pineau. **Revisa Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 8, 2008.

SOUZA-LIMA, J. Edmilson; ALENCASTRO, M. S. C. Educação Ambiental: breves considerações epistemológicas. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**. v. 8, n. 4, p. 20-50, 2015.